

AUTONOMIA SOB PRESSÃO: O SUDESTE ASIÁTICO DIANTE DA POLÍTICA EXTERNA DO SEGUNDO GOVERNO TRUMP

Autonomy under pressure: Southeast Asia in the face of the foreign policy of the second Trump administration

Tales Henrique Nascimento Simões¹

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Juiz de Fora, Brasil. **E-mail:** tales.simoes@ufjf.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4153-8283>

Artigo Recebido em: 22 abr. 2026 | Aceito em: 2 set. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O artigo analisa a política externa do segundo governo de Donald Trump para o Sudeste Asiático a partir de 2025, enfatizando seus impactos sobre a segurança regional, a reconfiguração geoeconômica e a crise da ordem liberal internacional. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-analítico, baseia-se na análise de conteúdo de fontes primárias (documentos oficiais dos Estados Unidos, comunicados da ASEAN e declarações de autoridades regionais) e secundárias (literatura acadêmica em Relações Internacionais e Geografia Política), articulando evidências empíricas a categorias analíticas derivadas dos debates sobre hedging, hegemonia e ordem regional. Argumenta-se que a política trumpista intensificou a competição entre Estados Unidos e China no Indo-Pacífico, ampliando pressões sobre os países da região. A análise demonstra que esses Estados não atuam apenas como objetos da rivalidade entre grandes potências, mas procuram preservar margens de autonomia por meio da centralidade da ASEAN, da diversificação de parcerias e de estratégias de acomodação seletiva. Conclui-se que a política externa trumpista acelerou a transformação da região em um espaço decisivo da transição da geopolítica contemporânea.

Palavras-chave: Sudeste Asiático. Geopolítica. Política externa dos EUA.

ABSTRACT

This article examines the foreign policy of Donald Trump's second administration toward Southeast Asia from 2025 onward, emphasizing its impacts on regional security, geoeconomic reconfiguration, and the crisis of the liberal international order. The research adopts a qualitative, exploratory-analytical approach, based on content analysis of primary sources (U.S. official documents, ASEAN statements, and regional authorities' declarations) and secondary sources (academic literature in International Relations and Political Geography), articulating empirical evidence with analytical categories drawn from debates on hedging, hegemony, and regional order. It argues that Trump's policy intensified strategic competition between the United States and China in the Indo-Pacific, thereby increasing pressure on the states of the region. The analysis demonstrates that these states do not act merely as objects of great-power rivalry, but seek to preserve margins of autonomy through ASEAN centrality, diversification of partnerships, and strategies of selective accommodation. It concludes that Trump's foreign policy accelerated the transformation of the region into a decisive arena in the transition of contemporary geopolitics.

Keywords: Southeast Asia. Geopolitics. U.S. foreign policy.

INTRODUÇÃO

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a partir de 2025, insere as distintas regiões do mundo em um contexto de reconfiguração das dinâmicas geopolíticas globais,

marcado pelo aprofundamento das tensões sistêmicas e pela crescente contestação da chamada Ordem Liberal Internacional, entendida, conforme Ikenberry (2012), como o conjunto de princípios, instituições e práticas que, sob hegemonia estadunidense, estruturaram as relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizando-se pelo multilateralismo, pelo livre-comércio, pela promoção da democracia e dos direitos humanos, e pela liderança de instituições como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O Sudeste Asiático, região historicamente sensível às disputas entre grandes potências, ganha centralidade estratégica diante da multiplicidade de acontecimentos da política internacional desencadeada pelo governo de Donald Trump e da intensificação da competição estratégica entre Estados Unidos e China.

Ao mesmo tempo, a crescente complexidade do sistema internacional desde o pós-Guerra Fria, agravada por crises multidimensionais – econômicas, ambientais, geopolíticas e institucionais –, evidencia a importância das escalas regionais na mediação entre dinâmicas globais e interesses domésticos. Nesse contexto, os países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) continuam a desempenhar um papel singular para a estabilidade regional. A ASEAN atua como fórum de diálogo e coordenação, mecanismo de gestão de controvérsias e plataforma de integração econômica, constituindo-se como eixo da arquitetura regional desde sua fundação, em 1967. Mesmo diante das pressões externas por maior alinhamento político-ideológico e da atuação estadunidense sob uma agenda tendente a reforçar práticas unilaterais e seletivas, o agrupamento mantém uma postura pragmática, caracterizada pela recusa a alinhamentos automáticos com grandes potências, pela busca de consenso (ASEAN Way) e pela diversificação de parcerias econômicas e diplomáticas, estratégia que a literatura de Relações Internacionais tem denominado hedging. Essa postura revela concomitantemente a resiliência do agrupamento e seus limites frente às disputas hegemônicas contemporâneas e aos arroubos idiossincráticos do presidente americano.

A reorientação da política externa dos Estados Unidos sob Trump projeta efeitos ambivalentes sobre o Sudeste Asiático. Por um lado, abre espaço para renegociações estratégicas e rearranjos de alianças multifacetadas. Por outro lado, tende a aprofundar as incertezas em relação à estabilidade regional e à previsibilidade das relações internacionais. Em um cenário marcado pela intensificação de disputas no Indo-Pacífico (EUA, 2025a; Poonkham, 2024), pela reconfiguração de cadeias produtivas globais impulsionada por políticas

de reshoring e nearshoring (De Backer *et al.*, 2016; Aiyar *et al.*, 2023), pelas tensões marítimas no Mar do Sul da China (EUA, 2025b), por crises regionais como a guerra civil em Mianmar (Simões, 2020), e pelas tensões globais com efeitos indiretos na região, como a instabilidade energética e econômica decorrente dos ataques militares dos Estados Unidos e Israel no Irã e o impacto político do apoio estadunidense às operações israelenses na Faixa de Gaza, torna-se fundamental analisar como essas múltiplas dimensões se articulam a partir de um olhar atento da Geografia Política.

Diante desse cenário, o artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: quais as transformações recentes na geopolítica do Sudeste Asiático desde o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em janeiro de 2025, particularmente no que se refere às dinâmicas que envolvem a ASEAN e a crescente competição estratégica sino-americana? A hipótese que orienta a análise é que, embora a política trumpista intensifique a competição sino-americana e amplie as pressões externas sobre a região, os Estados do Sudeste Asiático não atuam como meros objetos dessa rivalidade, mas buscam preservar margens de autonomia por meio da centralidade da ASEAN, da diversificação de parcerias e de estratégias de acomodação seletiva. O objetivo geral do estudo é analisar, de forma integrada e crítica, as transformações geopolíticas em curso na região, compreendendo os impactos da política externa estadunidense sobre a autonomia regional e a arquitetura de segurança do Indo-Pacífico.

O estudo justifica-se por sua contribuição para integrar diferentes agendas analíticas, como segurança, política externa, regionalismo, conflitos intraestatais e reconfiguração da ordem internacional, em uma análise unificada, evitando leituras fragmentadas ou excessivamente centradas na perspectiva do Norte Global. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o debate acadêmico ao evidenciar as continuidades e rupturas da inserção internacional dos Estados Unidos, bem como os impactos dessas transformações sobre a capacidade de agência dos países do Sudeste Asiático, especialmente em termos de autonomia regional e projeção internacional no contexto de gradual transição para uma ordem multipolar.

Em termos metodológicos, o artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada na combinação de análise documental e revisão bibliográfica. Os procedimentos de pesquisa envolveram, primeiramente, o levantamento e a seleção de fontes primárias, como documentos oficiais dos Estados Unidos (Estratégia de Segurança Nacional, Estratégia de Defesa Nacional, Pacific Marine Strategy), comunicados e declarações da ASEAN,

discursos de autoridades regionais, e reportagens da imprensa especializada do Sudeste Asiático, cuja escolha obedeceu aos critérios de relevância institucional, atualidade (2025-2026) e vínculo direto com os objetivos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à revisão da literatura acadêmica em Relações Internacionais e Geografia Política, priorizando obras que discutem hedging, hegemonia, geoeconomia e ordem regional no Indo-Pacífico. A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo qualitativa, com categorias analíticas derivadas do referencial teórico, permitindo a articulação sistemática entre evidências empíricas e argumentos teóricos. O referencial teórico mobilizado combina contribuições da Geografia Política sobre controle de rotas marítimas e reterritorialização produtiva (Costa, 2013; De Backer *et al.*, 2016) com debates da literatura de Relações Internacionais sobre hedging (Kuik, 2026), hegemonia e bens públicos globais (Gilpin, 2016; Kindleberger, 1986), e ordem regional no Sul Global (Acharya, 2014; Weiss e Abdenur, 2014), sem que se adote uma filiação epistemológica exclusiva ao realismo, mas antes uma abordagem plural que reconhece a centralidade do poder material sem desconsiderar as dimensões normativas e institucionais da política regional.

Para alcançar o objetivo delineado, o artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte analisa a abordagem do novo governo de Donald Trump em relação à segurança regional no Sudeste Asiático e no Indo-Pacífico, incluindo a reconfiguração estratégica dos Estados Unidos nestes espaços geográficos. A segunda parte examina as dinâmicas geoeconômica e seus impactos na reconfiguração material da região. Por fim, a terceira parte busca analisar a crise da ordem liberal internacional consoante as considerações advindas dos países do Sudeste Asiático, considerando suas estratégias de adaptação, acomodação e resistência diante das transformações em curso no sistema internacional.

SEGURANÇA REGIONAL E REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DOS ESTADOS UNIDOS NO INDO-PACÍFICO

O início do segundo mandato de Donald Trump, a partir de janeiro de 2025, assumiu importância singular para a compreensão das novas inflexões da política externa norte-americana, uma vez que o primeiro ano de um governo tende a constituir o momento decisivo para a definição das diretrizes que orientarão sua projeção internacional no conjunto do mandato. O novo governo revelou a consolidação de uma visão de mundo centrada no nacionalismo econômico, no unilateralismo e na rejeição ao multilateralismo, princípios já esboçados em sua

primeira presidência (2017-2021), mas agora reformulados em um contexto internacional mais fragmentado e menos favorável à liderança incontestável dos Estados Unidos (RAND, 2025). A lógica do 'America First' foi retomada com maior intensidade, reafirmando uma postura protecionista e cética em relação a instituições multilaterais, ao mesmo tempo em que alianças tradicionais passaram a ser tratadas segundo critérios estritamente funcionais e orientados por interesses nacionais imediatos, conforme documentado pela Estratégia de Segurança Nacional de 2025 (EUA, 2025a). Nesse contexto, a condução da política externa continuou a refletir um padrão de forte personalização decisória, no qual a ausência de uma grande estratégia claramente articulada foi parcialmente substituída por impulsos políticos vinculados à figura do presidente, produzindo uma diplomacia marcada por ambiguidades, oscilações e redefinições constantes (Poonkham, 2024; The Diplomat, 2025).

O segundo governo Trump não representa apenas a continuidade de um projeto político anterior, mas a intensificação de um processo mais amplo de reconfiguração da ordem internacional, no qual a erosão da hegemonia liberal estadunidense passa a conviver com o fortalecimento de novos polos de poder e com a ampliação das margens de autonomia de atores regionais do Sul Global. No caso do Sudeste Asiático, essa transformação da ordem internacional adquire contornos particularmente sensíveis, uma vez que os Estados da região vêm historicamente orientando sua inserção externa a partir de estratégias de equilíbrio, pragmatismo e diversificação diplomática entre grandes potências e potências regionais asiáticas. Entretanto, as incertezas geradas pelo retorno de Donald Trump à presidência, materializadas em oscilações tarifárias, mudanças abruptas de posicionamento em relação a aliados regionais e declarações contraditórias sobre o engajamento dos Estados Unidos na região, tornam mais complexa a capacidade regional de gerir sua inserção internacional em um ambiente geopolítico volátil. A imprevisibilidade da política externa norte-americana, manifesta na alternância entre retórica de confronto e abertura negocial e na ausência de uma estratégia clara e consistente para o Indo-Pacífico (The Diplomat, 2025; RAND, 2025), combinada à retomada de práticas unilaterais, à instrumentalização de tarifas, à redução do compromisso com o multilateralismo e à crescente seletividade no engajamento estratégico dos Estados Unidos, amplia os custos das estratégias geopolíticas adotadas pelos países da região.

Ao mesmo tempo em que a China aprofunda sua presença econômica, tecnológica e militar no entorno regional, os governos do Sudeste Asiático veem-se pressionados a preservar sua autonomia sem comprometer relações fundamentais com os chineses e os estadunidenses. Nesse cenário, a centralidade da ASEAN como mecanismo de mediação regional passa a ser testada de maneira mais intensa, revelando os limites de uma arquitetura regional construída para administrar rivalidades em um contexto que se torna progressivamente mais volátil, competitivo e marcado pela sobreposição entre disputas geoeconômicas, crises de segurança e reconfigurações da ordem global. Na literatura de Relações Internacionais, particularmente nos debates sobre estratégia na Ásia-Pacífico, essa postura tem sido caracterizada como 'hedging'. Conforme argumenta Cheng-Chwee Kuik (2026), o hedging é a estratégia predominante de Estados médios diante da incerteza, uma abordagem que se distingue tanto do balancing (equilíbrio contra uma potência ascendente) quanto do bandwagoning (alinhamento subordinado a ela). Para o autor, o hedging configura-se como uma política de neutralidade ativa, na qual os Estados buscam ativamente sinalizar uma posição de não alinhamento, diversificar parcerias de forma inclusiva e cultivar medidas de contingência, de modo a preservar opções em um ambiente internacional anárquico e imprevisível. Os Estados da ASEAN, por meio dessa estratégia, procuram gerir, de maneira equilibrada, sua interdependência com Estados Unidos e China em várias frentes, enquanto buscam preservar sua margem de manobra e autonomia no campo da segurança regional. Ainda segundo Kuik (2026), trata-se de uma orientação voltada a cultivar vínculos próximos com diferentes potências, sem, contudo, firmar um alinhamento definitivo com qualquer delas. Diferentemente da neutralidade passiva ou do não alinhamento estático, essa abordagem pressupõe uma atuação ativa, ou seja, os países engajam-se simultaneamente com múltiplos parceiros relevantes, mas evitam compromissos rígidos, sobretudo diante das incertezas do sistema internacional.

Deve-se salientar, contudo, que ao longo dos últimos governos norte-americanos, foi possível observar uma linha de continuidade na estratégia de contenção da influência regional e global da China. Ao longo da presidência de Barack Obama, é possível identificar dois momentos distintos na condução da política externa em relação à China. Durante o primeiro mandato (2009–2012), predominou uma orientação pautada pelo engajamento construtivo, pelo diálogo diplomático e pela realização de encontros bilaterais de alto nível, ainda que persistissem tensões e divergências estruturais entre as duas potências (Campbell & Ratner, 2018). Entretanto, no

decorrer do segundo mandato (2012–2017), observou-se uma inflexão gradual nessa abordagem. Diante da crescente assertividade chinesa em seu entorno regional, da ampliação significativa de seu orçamento militar e da intensificação de práticas coercitivas no Mar do Sul da China, a estratégia de engajamento, conquanto não tenha sido abandonada, foi progressivamente reconfigurada, com a emergência de uma política com contornos mais próximos da contenção, consubstanciada no chamado 'pivô asiático', uma articulação das dimensões diplomática, econômica e militar (Clinton, 2011). Foram mobilizados esforços sistemáticos para reforçar o engajamento com aliados regionais, por meio da intensificação de transferências de armamentos e de exercícios militares conjuntos, da reafirmação do princípio da liberdade de navegação e da proposição da Parceria Transpacífica (TPP), objetivos de natureza eminentemente geopolítica, com vistas a conter a influência chinesa em seu entorno regional e ampliar a projeção de poder dos Estados Unidos.

Ao ascender ao poder nos Estados Unidos em 2017, Donald Trump não apenas aprofundou tendências já presentes no “pivô asiático” da era Obama, mas também marcou uma transição para uma lógica de competição estratégica mais acentuada, na qual a China passou a ser tratada de maneira inequívoca como rival sistêmico dos Estados Unidos. De fato, as estratégias do novo mandatário foram mais intensas e explícitas, ao adotar uma postura abertamente revisionista, caracterizada pela maior disposição para o uso de instrumentos coercitivos, especialmente na esfera econômica e tecnológica (Poonkham, 2024). A adoção do conceito de Indo-Pacífico Livre e Aberto (*Free and Open Indo-Pacific* – FOIP) emergiu como eixo central da política externa americana a partir de então. Articulado em torno de princípios normativos e geopolíticos como a defesa da liberdade de navegação, a promoção de mercados abertos e a garantia de soberania dos Estados frente a práticas supostamente coercitivas por parte da China, a estratégia ampliava o escopo geográfico de atuação dos EUA, em sua iniciativa de contenção da influência chinesa, com ênfase na dimensão tecnológica e econômica da competição estratégica, com medidas voltadas à restrição de empresas chinesas e a imposição de tarifas comerciais, no contexto da guerra comercial sino-americana (The Diplomat, 2025).

Após a consolidação do conceito de Indo-Pacífico Livre e Aberto durante o primeiro governo Trump (2017-2021), as estratégias de poder na região foram mantidas durante o mandato de Joe Biden (2021-2025) com maior ênfase em alianças e arranjos multilaterais, e aprofundadas em 2025 com o retorno de Donald Trump ao poder. A inflexão mais recente,

contudo, não reside nos objetivos, mas na forma de condução, a partir de uma abordagem mais direta e transacional, marcada por pressões mais explícitas sobre parceiros asiáticos na estratégia de contenção da China. Esses movimentos contribuem para deslocar o centro decisório da região do Sudeste Asiático para redes de segurança centradas nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o papel normativo da ASEAN é relativizado e marginalizado. Percebe-se que o novo governo vem intensificando os processos de militarização e instrumentalização geoeconômica no Sudeste Asiático, e simultaneamente preserva a lógica de contenção da China, isto é, observa-se a coexistência de continuidades no plano estratégico com descontinuidades no âmbito normativo, em comparação aos governos de Barack Obama, Joe Biden e mesmo do primeiro mandato de Donald Trump.

No período em curso, a reconfiguração da política externa dos Estados Unidos recolocou o Indo-Pacífico no centro da disputa pela reorganização da ordem internacional. Contudo, a lógica subjacente a essa presença alterou-se significativamente em relação ao governo anterior. Se, durante a administração Biden (2021-2025), a região foi erigida como espaço privilegiado de segurança no bojo da ordem liberal, a partir de 2025 ela passou a ser reinterpretada sobretudo como um tabuleiro geoestratégico de contenção seletiva da China, orientado por uma visão mais pragmática, transacional e geoeconômica da presença norte-americana na região. A publicação da Estratégia de Segurança Nacional em dezembro de 2025 (EUA, 2025a) consubstanciou essa inflexão. O documento reconhece a centralidade do Indo-Pacífico para os interesses americanos, mas estabelece que os Estados Unidos devem 'reduzir os custos econômicos da projeção global' e 'incentivar aliados e parceiros a assumir maior responsabilidade pela estabilidade regional' (EUA, 2025a, p. 27). Essa passagem revela uma mudança significativa: a ênfase desloca-se da liderança ativa para a delegação seletiva de responsabilidades, transferindo aos aliados parte do ônus da contenção da China.

A Estratégia de Defesa Nacional, publicada em janeiro de 2026 (EUA, 2026), aprofundou essa orientação ao introduzir o princípio de 'dissuasão flexível'. O documento afirma que os Estados Unidos 'manterão a capacidade de intervenção no Indo-Pacífico sem assumir o ônus de uma presença hegemônica plena e irrestrita' (EUA, 2026, p. 15). Na prática, a combinação entre os dois documentos estratégicos revela um reposicionamento ambivalente. Os Estados Unidos reafirmam o Sudeste Asiático como espaço sensível para a contenção da expansão chinesa, mas passam a fazê-lo por meio de uma arquitetura de poder mais indireta, dependente da

instrumentalização de alianças e parcerias regionais, o que amplia as incertezas para os países da ASEAN, agora confrontados com a perspectiva de uma presença americana menos previsível.

Para os países da ASEAN, essa mudança produziu um ambiente mais propenso a instabilidades, uma vez que a manutenção da presença militar americana deixou de significar previsibilidade estratégica, convertendo-se em uma forma de pressão permanente sobre as margens de autonomia diplomática da região. Vale ressaltar que a retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão durante o governo Biden já havia funcionado como um precedente relevante, ao sinalizar os limites da disposição dos Estados Unidos em sustentar engajamentos militares prolongados em arenas extrarregionais, reforçando, no Sudeste Asiático, as incertezas quanto ao grau de compromisso da grande potência com a manutenção da ordem regional (Poonkham, 2024).

Essa reconfiguração tornou-se perceptível no fortalecimento das arquiteturas de segurança plurilaterais na região do Indo-Pacífico, particularmente o AUKUS e o QUAD, reinterpretados pela política externa de Donald Trump como mecanismos de equilíbrio de poder e instrumentos de reorganização do espaço marítimo regional em prol de seus interesses estratégicos. O AUKUS, firmado entre Austrália, Reino Unido e EUA em 2021, transcende a mera cooperação militar ao prever o compartilhamento de tecnologias sensíveis e o fornecimento de submarinos de propulsão nuclear, inteligência artificial, guerra cibernética e vigilância submarina aos australianos, ampliando a capacidade de projeção naval anglo-americana na região. Essa projeção se materializa operacionalmente por meio da Submarine Rotational Force-West (SRF-West) (Australia, 2026). O QUAD (Diálogo de Segurança Quadrilateral), por sua vez, composto por EUA, Japão, Índia e Austrália, funciona como um fórum estratégico flexível, voltado à coordenação política, tecnológica e marítima entre potências regionais marítimas preocupadas com a expansão chinesa. Embora formalmente apresentados como iniciativas de preservação da estabilidade, esses arranjos refletem uma estratégia pautada pelo controle das rotas oceânicas e dos estrangulamentos marítimos que estruturam o comércio global, sobretudo aqueles que atravessam o Mar do Sul da China e conectam o Pacífico ao Oceano Índico. Essa lógica resgata as formulações de Alfred Thayer Mahan, para quem o poder nacional depende do controle dos mares e das rotas comerciais, sendo essencial a capacidade de concentrar frotas de batalha e estabelecer bases navais em pontos estratégicos do globo, os chamados 'choke points' ou pontos de estrangulamentos marítimos. Tais princípios, elaborados no final do século XIX e consolidados no

decorrer do século XX, permanecem centrais para a compreensão das disputas contemporâneas pelo controle das rotas marítimas globais (Costa, 2013; Mahan, 2012).

Com efeito, a política externa do segundo governo Trump ampliou a militarização do espaço marítimo do Sudeste Asiático por meio da articulação entre iniciativas já existentes e novas formulações estratégicas, como a Pacific Marine Strategy 2025 (EUA, 2025b). O documento estabelece que o domínio marítimo constitui 'um elemento central da competição estratégica entre grandes potências' e que os Estados Unidos devem 'priorizar o monitoramento, patrulhamento e demonstração de força em pontos críticos do Indo-Pacífico' (EUA, 2025b, p. 8). Essa iniciativa reforça o entendimento de que o espaço marítimo do Sudeste Asiático deve ser tratado como zona privilegiada de projeção de poder americana. Exercícios militares conjuntos como o U.S.-ASEAN Maritime Exercise (AUMX) e o tradicional Cobra Gold, realizado em parceria com a Tailândia desde 1982, passaram a adquirir novo significado político sob Trump, deixando de ser apenas mecanismos de cooperação militar para se tornarem instrumentos de sinalização estratégica diante da China (The Diplomat, 2025). Ao mesmo tempo, a ampliação das operações de liberdade de navegação e da assistência técnico-militar com parceiros regionais, especialmente com as Filipinas, corrobora a tentativa dos Estados Unidos de consolidarem uma presença persistente sem recorrer necessariamente à instalação de novas bases permanentes (RAND, 2025).

Entretanto, essa lógica colide diretamente com a ASEAN Maritime Outlook (ASEAN, 2023), documento que sintetiza a visão do agrupamento para a governança marítima regional. Tal visão preconiza que a estabilidade marítima deve ser construída sobre 'cooperação inclusiva, governança regional baseada em regras e resolução pacífica de disputas', rejeitando 'abordagens unilaterais ou polarizadas que possam exacerbar tensões' (ASEAN, 2023, p. 5). A ênfase recai sobre a construção de confiança mútua, o diálogo multilateral e a promoção de uma ordem marítima não polarizada, na qual os Estados costeiros e usuários do mar cooperem sem a imposição de alinhamentos estratégicos rígidos. Essa perspectiva contrasta frontalmente com a lógica norte-americana, que parte da premissa de que a segurança regional depende da contenção ativa da China e da projeção de poder naval, uma abordagem que a ASEAN considera potencialmente desestabilizadora, na medida em que transforma o espaço marítimo em arena de disputa hegemônica (ASEAN, 2023). A tensão entre essas duas visões expõe uma das principais contradições da presença estadunidense no Sudeste Asiático contemporâneo: ao tentar fortalecer

a segurança regional, os EUA simultaneamente contribuem para ampliar a militarização do ambiente estratégico que supostamente buscam estabilizar.

As disputas no Mar do Sul da China constituem o ponto em que essa contradição se torna mais evidente, pois representam o espaço onde convergem as ambições estratégicas dos Estados Unidos, a ascensão marítima da China e as limitações estruturais da capacidade militar do Sudeste Asiático. Sob Trump, os Estados Unidos passaram a tratar o conflito não apenas como uma questão de liberdade de navegação, mas como parte de uma disputa mais ampla pela definição da arquitetura de segurança do Indo-Pacífico (EUA, 2025a). A retórica oficial da administração apresentou os Estados Unidos como defensores da soberania dos pequenos Estados costeiros, a Estratégia de Segurança Nacional de 2025 afirma que os EUA buscarão 'preservar a liberdade de navegação em todas as rotas marítimas cruciais' e 'impedir que uma potência hostil controle o Mar do Sul da China' (EUA, 2025a, p. 22) , porém a prática revelou uma política marcada por seletividade e cálculo estratégico. Conforme observa análise do East Asia Forum (2025), a questão do Mar do Sul da China serve menos como um esforço de construção de paz e mais como 'pretexto para a colaboração estratégica dos EUA com aliados e parceiros para contrapor a China'. Dessa forma, a defesa de princípios jurídicos internacionais frequentemente subordina-se aos interesses conjunturais da competição sino-americana.

Ao insistir em transformar o Mar do Sul da China em uma das principais frentes de disputas da rivalidade sistêmica com os chineses, os Estados Unidos contribuíram para deslocar o centro da segurança regional da esfera diplomática para a lógica da dissuasão militar. Assim, mais do que proteger o Sudeste Asiático, a política estratégica do segundo governo Trump tende a reposicionar a região como espaço de disputa entre potências, no qual a autonomia regional permanece constantemente tensionada pela sobreposição entre ambições externas e fragilidades internas da ordem asiática contemporânea. A recente intensificação da coordenação entre Estados Unidos, Japão e as Filipinas ilustra a tentativa de consolidar uma cadeia de contenção marítima que se estende da chamada Primeira Cadeia de Ilhas ao coração do Sudeste Asiático insular (Poonkham, 2024).

Deve-se atentar, contudo, pelo fato de que a crescente interoperabilidade militar entre esses parceiros procura reduzir a necessidade de presença direta e contínua dos americanos na região, transferindo aos aliados parte do custo político e material de sua competição estratégica

com os chineses. Assim, a centralidade da ASEAN na arquitetura de segurança regional, eixo norteador da política externa regional, passou a ser marginalizada pelas ambições geopolíticas dos Estados Unidos em exercer o protagonismo da governança securitária na região, mesmo que indiretamente, com a atuação de seus aliados tradicionais. Ademais, esse deslocamento evidencia uma crescente incompatibilidade entre as abordagens adotadas por ambas as partes no que se refere ao Mar do Sul da China. Enquanto a ASEAN privilegia medidas graduais de construção de confiança, a consolidação de um Código de Conduta e uma diplomacia de caráter incremental voltada à gestão pacífica de disputas, a estratégia dos Estados Unidos tende a enfatizar patrulhas navais regulares, políticas de dissuasão ativa e demonstrações recorrentes de força militar. Configura-se, portanto, uma clivagem entre duas lógicas antagônicas. De um lado, a abordagem regional baseia-se no equilíbrio de poder e na contenção diplomática, sustentada na afirmação de uma ordem marítima cooperativa e ASEAN-cêntrica. De outro, a lógica norte-americana orienta-se pela projeção do poder naval e pela satisfação dos interesses nacionais dos Estados Unidos, o que tende a reforçar a competição estratégica regional em detrimento de soluções negociadas de longo prazo.

Nesse sentido, para muitos governos do Sudeste Asiático, a militarização progressiva do entorno regional aprofunda um dilema estrutural, pois, ao mesmo tempo em que alguns Estados percebem a presença dos EUA como um contrapeso estratégico necessário à assertividade chinesa, a consolidação de mecanismos de segurança liderados pelos americanos ameaça esvaziar a centralidade diplomática da ASEAN e reduzir a região a mero espaço de projeção de rivalidades entre grandes potências. Martin Wight (2002) sustenta que o elemento distintivo das grandes potências reside na pretensão de exercer influência sobre a totalidade dos conflitos de alcance sistêmico, diferindo, assim, das potências médias e menores. Todavia, a observação empírica das dinâmicas geopolíticas contemporâneas sugere uma configuração significativamente mais complexa e menos linear do que a sugerida pelo autor. A capacidade de projeção das grandes potências sobre contextos regionais revela-se frequentemente condicionada por múltiplas variáveis políticas, econômicas e institucionais, exigindo esforços contínuos de persuasão, coalizão e alinhamento estratégico. Nesse processo, a busca por conformidade aos interesses das potências centrais tende, não raro, a produzir tensões com as prioridades e margens de autonomia dos Estados envolvidos.

No caso do Sudeste Asiático, tornou-se recorrente a afirmação de que os países da ASEAN buscam evitar escolhas exclusivas entre as duas principais potências globais. Entretanto, tal formulação, não logra capturar a complexidade do fenômeno. A recusa em aderir de forma plena ou subordinada às agendas de uma ou outra potência constitui apenas uma manifestação de uma estratégia mais ampla de engajamento seletivo e equilibrado. A realização do Fórum AIOP, de *ASEAN Outlook on the Indo-Pacific*, em Kuala Lumpur, em novembro de 2025, por exemplo, evidenciou o contraponto às dinâmicas de militarização e às estratégias de contenção promovidas pelos Estados Unidos no Indo-Pacífico. Os Estados não apenas reafirmaram a visão normativa da ASEAN para a região ao enfatizarem a inclusão, a sustentabilidade e a cooperação em áreas como segurança marítima, conectividade e desenvolvimento socioeconômico, como também reforçaram a necessidade de preservar a autonomia decisória regional diante de pressões externas (ASEAN, 2025a). Assim, a ASEAN não deve ser compreendida apenas como uma organização reativa às grandes potências, mas como um arranjo regional capaz de produzir normas próprias de convivência política e segurança, preservando formas específicas de ordem regional no interior da Ásia (Acharya, 2014).

Nesse contexto, a principal inflexão estratégica da região reside na manutenção de uma postura de interação simultânea com os Estados Unidos e a China, bem como com seus respectivos parceiros regionais e extrarregionais, de modo a mitigar os efeitos potencialmente desestabilizadores da rivalidade entre ambas as potências. O desafio central, portanto, consiste em preservar o papel do Sudeste Asiático como espaço de relativa estabilidade e dinamismo econômico, evitando que a intensificação da competição sino-americana comprometa sua função como plataforma de crescimento e integração regional, em consonância com os interesses estratégicos dos Estados membros da ASEAN.

Na interpretação de Jittipat Poonkham (2024), a intensificação da rivalidade entre Estados Unidos e China não tem produzido um realinhamento automático da região em favor dos americanos, mas um aprofundamento das ambiguidades estratégicas que caracterizam a política regional contemporânea. Desse modo, a tentativa da potência ocidental de reconstruir sua primazia por meio do Indo-Pacífico Livre e Aberto, articulado com mecanismos como o QUAD e o AUKUS, tende a gerar um paradoxo central, isto é, ao buscar conter a expansão chinesa, os Estados Unidos acabam reduzindo a centralidade diplomática da ASEAN e impondo aos países da região um ambiente mais rígido de polarização geopolítica. A China, por sua vez, amplia sua presença

mediante o uso de instrumentos menos agressivos, combinando investimentos, conectividade na infraestrutura e aproximação tecnológica sem condicionalidades explícitas.

Nesse cenário, Poonkham (2024) argumenta que muitos países do Sudeste Asiático já não praticam um *hedging* plenamente racional, mas um uma adaptação fragmentada e defensiva desta estratégia diante da incapacidade de escolher entre duas potências centrais sem comprometer sua própria autonomia. A região vem respondendo à crescente militarização do Indo-Pacífico com uma diplomacia cautelosa, que procura preservar vínculos econômicos com os chineses e uma cooperação estratégica com os estadunidenses, além de envidarem esforços para preservar a relevância institucional da ASEAN. Sob essa perspectiva, a política externa norte-americana no Indo-Pacífico deixa de aparecer apenas como uma estratégia de contenção da China e passa a ser entendida como parte de um processo mais abrangente de redução das margens de manobra do Sudeste Asiático em uma ordem regional cada vez mais complexa.

OS IMPACTOS GEOECONÔMICOS NA REGIÃO DIANTE DAS CONTRADIÇÕES TRUMPISTAS

Se as dimensões estratégicas e geopolíticas da política externa do segundo governo de Donald Trump redefiniram os parâmetros da presença do país na região do Indo-Pacífico, foi na esfera geoeconômica que essa reorientação se manifestou de forma mais tangível para os países do Sudeste Asiático. A retomada explícita da lógica do “*America First*” recolocou as tarifas no centro da ação diplomática estadunidense, transformando instrumentos comerciais em mecanismos de pressão política sobre parceiros e adversários. Diferentemente do primeiro mandato, quando o foco principal esteve na disputa bilateral com a China, a partir de 2025 a política tarifária passou a atingir também economias consideradas aliadas ou intermediárias na reorganização das cadeias produtivas globais.

Países como Vietnã, Malásia, Tailândia e Indonésia passaram a enfrentar um ambiente de maior incerteza comercial, no qual a abertura de seus mercados ou a ampliação de exportações para os Estados Unidos já não dependiam apenas de competitividade econômica, mas igualmente da disposição política de alinhar-se aos interesses estratégicos da potência ocidental. Nesse contexto, o protecionismo deixou de ser apenas uma resposta doméstica à desindustrialização norte-americana para converter-se em uma ferramenta de reorganização territorial da produção global, redefinindo a posição do Sudeste Asiático dentro da economia política internacional. A região, que durante décadas vinha se beneficiando de sua relativa neutralidade geoeconômica,

passou a ser tratada como espaço de disputa entre as grandes potências, no qual o comércio, a tecnologia e os investimentos se tornaram dimensões indissociáveis da competição geopolítica.

As políticas de *reshoring* seletivo e *nearshoring* aprofundaram essa transformação ao deslocar parte das cadeias produtivas para territórios considerados politicamente mais previsíveis ou estrategicamente instrumentais à contenção da China. Esse movimento deve ser compreendido à luz de uma inflexão mais ampla na organização da economia internacional. Se o *offshoring* correspondeu à fase de máxima expansão da interdependência global sob critérios de eficiência, podendo ser entendido como a expressão espacial da globalização produtiva, por meio da qual funções industriais foram sistematicamente deslocadas para jurisdições externas, configurando redes transnacionais que maximizaram ganhos econômicos ao custo de maior exposição a riscos geopolíticos, o *reshoring* e o *nearshoring* emergem como estratégias de reconfiguração dessa mesma interdependência sob imperativos de segurança e poder. Dessa maneira, o *reshoring* pode ser compreendido como um processo de reterritorialização seletiva de capacidades produtivas, no qual Estados buscam reinternalizar atividades industriais consideradas críticas, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades externas e reforçar a resiliência econômica em setores estratégicos (De Backer et. al, 2016). Já o *nearshoring* configura-se como um mecanismo de regionalização funcional das cadeias globais de valor, por meio do qual Estados estruturam espaços produtivos relativamente coesos, combinando proximidade geográfica e afinidade geopolítica como forma de reorganizar a interdependência internacional em bases mais controláveis (Aiyar et. al, 2023).

Em vez de um retorno generalizado da produção ao território dos Estados Unidos, o primeiro governo Trump favoreceu uma redistribuição controlada da manufatura para países capazes de reduzir a dependência industrial em relação à China sem romper completamente a lógica da globalização. No bojo desse processo, o Sudeste Asiático emergiu como um espaço privilegiado de realocação industrial, sobretudo em setores como semicondutores, montagem eletrônica, minerais estratégicos e componentes de equipamento de defesa. À guisa de exemplificação, o Vietnã consolidou-se como plataforma manufatureira alternativa, a Malásia fortaleceu sua posição em cadeias tecnológicas, a Tailândia buscou reposicionar sua indústria automotiva e a Indonésia ganhou centralidade devido às reservas de níquel e minerais críticos.

Contudo, esse reposicionamento trouxe uma contradição estrutural. Conquanto a região tenha atraído novos fluxos produtivos, sua inserção passou a depender crescentemente da rivalidade sino-americana. O que aparentava ser uma oportunidade econômica também representava uma nova forma de vulnerabilidade, pois os países da ASEAN tornaram-se mais expostos às oscilações da política comercial norte-americana. Assim, a geoeconomia do governo Trump não significou uma retração da globalização, mas sua reorganização hierárquica segundo novas linhas de poder, marcando a transição de uma globalização funcional para uma globalização estratégica. Consoante o entendimento de Dani Rodrik (2011), a fase da hiperglobalização aprofundou as tensões entre a intensificação da integração econômica internacional e a preservação da autonomia regulatória dos Estados nacionais, tornando o modelo baseado na dispersão produtiva global crescentemente sensível a choques externos e gerando pressões crescentes por reconfigurações das cadeias globais de valor em bases mais estáveis.

A partir de 2025, contudo, essa reorganização produtiva passou a ser acompanhada por uma radicalização tarifária que aprofundou o caráter coercitivo da política econômica externa do segundo mandato de Donald Trump. Diferentemente do primeiro governo, quando as tarifas foram mobilizadas sobretudo como instrumento de confronto bilateral com a China, a nova gestão expandiu seu alcance para um conjunto mais amplo de parceiros comerciais, incluindo as economias do Sudeste Asiático que haviam se beneficiado da transferência parcial de cadeias produtivas para fora do território chinês. A política tarifária para a região pode ser interpretada como expressão direta da lógica de competição por poder, na qual as tarifas deixam de ser compreendidas como meros instrumentos de regulação comercial e passam a operar como mecanismos de ajustamento de poder relativo, por meio dos quais o Estado busca mitigar vulnerabilidades estruturais e preservar sua posição hierárquica no sistema. Na verdade, as medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos funcionam como extensão da lógica geopolítica de manutenção do status quo mundial. Ao impor tarifas seletivas sobre economias do Sudeste Asiático, os Estados Unidos não estão apenas regulando fluxos comerciais, mas utilizando instrumentos econômicos para pressionar parceiros a alinhar-se a seus interesses estratégicos de contenção da China. Comércio e segurança tornam-se, assim, dimensões indissociáveis. A abertura de mercados e a atratividade para investimentos produtivos passam a depender não apenas de eficiência econômica, mas da disposição política dos países da região em cooperar com a agenda geopolítica norte-americana. Dessa forma, as tarifas operam como mecanismos de

ajustamento de poder relativo, por meio dos quais o Estado hegemônico busca mitigar vulnerabilidades estruturais e preservar sua posição hierárquica no sistema internacional (Gilpin, 2016; Rodrik, 2011).

Com efeito, a incidência seletiva de tarifas 'recíprocas', situadas aproximadamente entre 19% e 25% sobre países como Vietnã, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, ilustra essa lógica de diferenciação estratégica, na qual a política comercial é orientada por considerações de segurança econômica. Estados de menor capacidade estrutural, como Laos, Camboja e Mianmar, passaram a enfrentar tarifas mais elevadas, na faixa de 30% a 40% em determinados setores (Reuters, 2025), refletindo sua baixa capacidade de barganha e maior vulnerabilidade a medidas compensatórias². As repercussões geopolíticas dessa postura foram profundas. Em vez de reduzir a dependência regional em relação à China, a política tarifária norte-americana contribuiu para ampliar a percepção, entre líderes da ASEAN, de que os Estados Unidos passaram a instrumentalizar a interdependência econômica de forma estratégica. Como corolário, muitos governos da região passaram a reforçar suas políticas de diversificação externa, buscando preservar sua margem de autonomia diante das ambições temerárias das políticas unilaterais e protecionistas de Donald Trump.

Da mesma forma, a retração da assistência financeira norte-americana à região a partir de 2025 revelou outra dimensão da reconfiguração econômica da região. O esvaziamento da atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, no acrônimo em inglês) e a redução de programas de assistência ao desenvolvimento diminuíram significativamente a capacidade de influência da potência ocidental no Sudeste Asiático. Essa mudança tornou-se ainda mais evidente com a retirada dos Estados Unidos das chamadas Parcerias para uma Transição Energética Justa (*Just Energy Transition Partnerships* - JETPs) em países como Indonésia e Vietnã, interrompendo parte dos compromissos assumidos para apoiar

² Esse regime sofreu uma inflexão em abril de 2026, quando a decisão da Justiça norte-americana invalidou o conjunto anterior de tarifas, levando os Estados Unidos a instituírem uma nova tarifa global de 15% com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974. Na prática, esse novo arranjo resultou na aplicação de uma tarifa aproximada de 10% para a maioria dos países da ASEAN, representando uma redução significativa em relação ao regime de 2025, no qual algumas economias chegavam a enfrentar alíquotas de até 40%. Todavia, essa reconfiguração possui caráter provisório, de maneira que o governo norte-americano já sinaliza a utilização de instrumentos alternativos, como a Seção 301, para reintroduzir tarifas mais elevadas e direcionadas no futuro.

a transição energética regional. Ao abandonar programas de financiamento voltados à descarbonização, segundo governo Trump enfraqueceu a presença econômica americana em setores estratégicos do futuro, deixando uma lacuna de investimentos rapidamente preenchida pela China. Os chineses apresentaram-se como uma alternativa mais estável, oferecendo crédito, infraestrutura e cooperação tecnológica para governos preocupados com crescimento econômico e segurança energética (Rao, 2025).

Ressalte-se que a competição sino-americana não está restrita aos campos estratégico-militares ou político-diplomáticos, mas manifesta-se de maneira concreta na seara econômica-comercial e de investimentos, notadamente nos investimentos em infraestrutura, em que os megaprojetos da iniciativa da Nova Rota da Seda expandem-se pelo Sudeste Asiático, com contribuições alvissareiras para sustentar o desenvolvimento da região nas próximas décadas. Seria errôneo, contudo, traduzir a resposta regional como um alinhamento automático com a China. Na realidade, os países da ASEAN buscaram diversificar suas parcerias internacionais nesse período, com novos acordos com União Europeia, Japão, Índia, Coreia do Sul e outros atores, embora o estreitamento da cooperação com os chineses tenha se fortalecido sobremaneira.

A percepção de que o segundo governo de Donald Trump estaria acentuando a vulnerabilidade econômica da região tornou-se ainda mais evidente com a escalada do conflito envolvendo os ataques de Estados Unidos e Israel ao Irã em março de 2026 e a subsequente instabilidade do Estreito de Ormuz, por onde transita uma parcela significativa do petróleo consumido pelas economias do Sudeste Asiático. A elevação abrupta dos preços internacionais da energia expôs a dependência estrutural de diversos países da ASEAN em relação às rotas energéticas do Oriente Médio, afetando diretamente sua estrutura produtiva interna, com implicações perniciosas nos setores do transporte e da produção industrial, consubstanciadas na elevação da inflação doméstica. Países como Singapura e Tailândia, altamente integradas ao comércio global, passaram a enfrentar pressões logísticas imediatas, enquanto o Vietnã e as Filipinas precisaram adotar medidas emergenciais para conter o aumento dos custos de combustíveis e transporte. O episódio revelou que, sob Trump, a política externa norte-americana no Sudeste Asiático não produz impactos apenas pela presença direta dos Estados Unidos na região, mas também por meio dos efeitos sistêmicos de decisões tomadas em outros teatros geopolíticos.

Para os países do Sudeste Asiático, a geoeconomia contemporânea tornou-se inseparável da geopolítica global. As decisões erráticas dos Estados Unidos passaram a repercutir diretamente sobre a estabilidade econômica regional. Em síntese, ao penalizar comercialmente os países da ASEAN e abandonar compromissos de financiamento climático e de desenvolvimento, os Estados Unidos esperavam que esses mesmos países alinhassem suas cadeias produtivas aos interesses norte-americanos, um erro estratégico que revela os limites da abordagem internacional do governo Trump. Para autores como Robert Gilpin (2016) e Charles Kindleberger (1986), a estabilidade do sistema internacional dependeria da existência de um Estado hegemônico provedor de bens públicos globais, como a moeda internacional, instituições econômicas e a promoção do livre-comércio. A política trumpista inverte essa lógica, pois, ao recusarem-se a arcar com os custos da liderança e substituir a atração pela coerção tarifária, os Estados Unidos deixaram de prover os bens públicos que, consoante a teoria hegemônica de Gilpin e Kindleberger, legitimam sua posição central no sistema. Trata-se, portanto, do exercício de uma hegemonia sem a manutenção das bases institucionais que tornaram possível seu poder geopolítico global. Ao instrumentalizarem sua política tarifária e abandonarem canais multilaterais, os Estados Unidos erodiram a previsibilidade institucional que durante décadas foi um dos principais ativos de sua liderança na região.

A CRISE DA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL LIDERADA PELOS EUA E AS RESPOSTAS POLÍTICAS DO SUDESTE ASIÁTICO

A recepção da política externa do segundo governo de Donald Trump no Sudeste Asiático deve ser compreendida no contexto mais amplo da crítica do Sul Global à ordem liberal internacional liderada pelos Estados Unidos. A ameaça, o uso da força e os atos de agressão por parte dos americanos contra Estados soberanos, em violações flagrantes da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, somadas à aceitação tácita de revisões territoriais em outros contextos, reforça a percepção de que a ordem baseada em regras vem sendo aplicada de maneira seletiva e instrumental. Para os países do Sudeste Asiático, cuja identidade institucional está profundamente vinculada ao multilateralismo e à defesa peremptória dos princípios da soberania territorial, da não intervenção nos assuntos internos dos Estados e da solução pacífica de controvérsias, a postura marcadamente agressiva dos Estados Unidos em sua projeção externa representa um enfraquecimento estrutural de sua estratégia diplomática, com repercussões deletérias sobre seu prestígio e sua imagem internacional.

A crise da ordem liberal internacional tornou-se particularmente visível no Sudeste Asiático a partir da forma como governos regionais reagiram ao aprofundamento da guerra em Gaza e ao apoio irrestrito dos Estados Unidos à ofensiva israelense. Ao contrário da linguagem cautelosa que historicamente marca a diplomacia da ASEAN, tanto a Malásia quanto a Indonésia passaram a utilizar de maneira explícita o termo genocídio para qualificar as atrocidades cometidas contra a população palestina, rompendo com a tradição regional de evitar confrontos discursivos diretos com grandes potências. Em Kuala Lumpur, o governo malaio argumentou que o apoio político, militar e diplomático dos Estados Unidos a Israel demonstrava a falência moral da ordem liberal, na medida em que normas como direitos humanos e proteção de civis seriam mobilizadas seletivamente conforme os interesses estratégicos do Ocidente (Malásia, 2025). Por sua vez, os líderes políticos indonésios, que já em 2024 manifestaram apoio à decisão da Corte Internacional de Justiça contra Israel, associaram a continuidade da devastação em Gaza à incapacidade ou à falta de vontade dos Estados Unidos de atuar como um interlocutor confiável no conflito, afirmando que a destruição sistemática da população palestina já não poderia ser descrita apenas como crise humanitária, mas como uma forma de genocídio tolerada pela comunidade internacional (The Jakarta Post, 2024). A centralidade dessa posição não decorre apenas da solidariedade religiosa para com a população palestina, dado que Malásia e Indonésia são países de maioria muçulmana, mas da percepção de que o sistema internacional liderado pelos estadunidenses vem passando por uma manifesta erosão de legitimidade justamente por não aplicar de forma universal os princípios que reivindicam como fundamento de sua liderança global. Assim, Gaza converteu-se em um ponto de inflexão simbólico para parte do Sudeste Asiático, servindo como evidência concreta da crise da hegemonia global dos Estados Unidos.

A deterioração dessa percepção foi aprofundada quando o governo de Donald Trump promoveu a captura de Nicolás Maduro em pleno território venezuelano, episódio interpretado como um precedente alarmante para os Estados médios e pequenos do sistema internacional, categorias que, na literatura de Relações Internacionais, designam países que, por sua limitada capacidade material e posição hierárquica (no caso dos pequenos Estados, conforme Keohane, 1969) ou por sua atuação como construtores de coalizões e defensores da ordem multilateral (no caso das potências médias, conforme Cooper *et al.*, 1993), são particularmente vulneráveis a violações de sua soberania por parte de grandes potências. No Sudeste Asiático, o episódio foi visto como uma demonstração de que a soberania estatal poderia ser relativizada quando

colidisse com os interesses estratégicos norte-americanos. Na verdade, a reação dos países da região precisa ser compreendida à luz de características históricas mais profundas da própria formação política regional. Diferentemente da percepção de que a globalização e a interdependência global seriam marcadas por processos graduais de relativização da soberania, os Estados da ASEAN tendem a agarrar-se fortemente aos postulados da soberania territorial e da não intervenção, justamente porque tais princípios foram moldados por trajetórias coloniais, guerras de independência, conflitos fronteiriços e pela necessidade de consolidar Estados nacionais relativamente recentes em um ambiente geopolítico historicamente vulnerável à interferência externa (Simões, 2020).

Desse modo, a defesa da integridade territorial e da autonomia decisória não constitui apenas um elemento jurídico da ordem regional, mas um valor político sedimentado pela experiência histórica de fragilidade estatal diante das grandes potências. Por conseguinte, a captura de um chefe de Estado estrangeiro por decisão unilateral dos Estados Unidos foi percebida não apenas como um episódio restrito ao continente americano, mas como um pretexto inquietante para qualquer região periférica cuja estabilidade ainda dependa do respeito ao Direito Internacional, sobretudo em uma região marcada por memórias coloniais recentes e disputas territoriais ainda sensíveis.

Foi precisamente nessa conjuntura de crescente desconfiança em relação à coerência da atuação norte-americana que iniciativas posteriores de Donald Trump passaram a ser observadas com maior cautela pelos governos do Sudeste Asiático, sobretudo quando apresentadas sob o léxico da paz, da mediação e da estabilidade internacional. No âmbito da crescente instabilidade normativa, o chamado Conselho da Paz (*Board of Peace*) emergiu como uma expressão particularmente incongruente da política externa norte-americana. A adesão inicial de três países da ASEAN, Vietnã, Camboja e Indonésia, derivou de motivações distintas, mas conectadas pela tentativa de ampliar espaço diplomático em um cenário internacional fragmentado. Para os vietnamitas, a participação permitiria projetar uma imagem de autonomia estratégica sem romper com o tradicional equilíbrio entre as grandes potências. Para os cambojanos, representaria uma oportunidade de reduzir a percepção de dependência excessiva em relação à China. Por fim, para os indonésios, o conselho ofereceria um instrumento adicional para reafirmar seu papel como ator normativo do Sul Global. Contudo, a suspensão posterior da participação indonésia após os ataques norte-americanos e israelenses ao Irã expôs a fragilidade política da iniciativa. Ao retirar-

se do mecanismo, a Indonésia sinalizou que a credibilidade de qualquer arquitetura diplomática deveria depender minimamente da coerência entre discurso e prática.

Assim, a contradição entre promover uma hipotética “plataforma de paz” e ampliar operações militares em diferentes regiões do mundo revelou que o Conselho da Paz carecia de maior densidade institucional, funcionando simbolicamente como instrumento de projeção política da imagem internacional de Trump. A fragilidade dessa iniciativa evidenciou igualmente um traço mais profundo do segundo mandato de Donald Trump: o fortalecimento do personalismo na condução da política externa norte-americana, entendido como a centralidade das preferências, impulsos e da imagem do líder na formulação da política externa, em detrimento de instituições, burocracias e processos consultivos (Poonkham, 2024). Diferentemente dos governos anteriores, em que a política externa buscava apresentar-se como expressão dos interesses do Estado, o governo Trump passou a vincular de maneira mais direta as decisões estratégicas à imagem pessoal do presidente. Em diversas leituras feitas no Sudeste Asiático, o Conselho da Paz foi interpretado não como uma instituição multilateral duradoura, mas como uma extensão da tentativa do presidente estadunidense de construir uma identidade internacional associada à mediação de conflitos e à busca de reconhecimento político global, notadamente sua ambição narcisista de ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Essa percepção seria reforçada pela incongruência entre a retórica pacificadora e a continuidade de ações militares e coercitivas por parte dos Estados Unidos em diferentes regiões entre 2025 e 2026. Para os governos da ASEAN, acostumados a privilegiar estabilidade institucional e previsibilidade diplomática, essa personalização da política externa norte-americana aumentou a dificuldade de formular estratégias de longo prazo.

Uma das inflexões mais significativas da política externa do segundo governo de Donald Trump reside no enfraquecimento da centralidade que os temas da democracia e dos direitos humanos haviam ocupado, ainda que de maneira seletiva, em governos anteriores. Se durante décadas os Estados Unidos procuraram legitimar sua projeção internacional pela defesa de valores pretensamente universalistas, a partir de 2025 a diplomacia do país passou a subordinar de maneira explícita essas dimensões normativas a seus cálculos estratégicos e seus interesses nacionais imediatos. Sob esse prisma, a atuação externa de Trump aproxima-se de uma leitura mais próxima do realismo nas Relações Internacionais, na medida em que privilegia a estabilidade do Estado, a correlação de forças e a maximização de vantagens materiais em detrimento da

promoção de princípios liberais como democratização, governança e proteção dos direitos humanos em escala global. Em vez de apresentar os Estados Unidos como guardiões de uma ordem normativa, o novo governo passou a conceber a política externa como instrumento direto de barganha, no qual alianças, sanções, reconhecimentos diplomáticos e intervenções tornaram-se condicionados por critérios geopolíticos. As restrições migratórias impostas a nacionais do Laos e de Mianmar reforçaram essa percepção. A revisão de vistos humanitários e a redução de programas de proteção temporária a cidadãos desses países foram percebidos na região como sinais de que os Estados Unidos estariam tratando a agenda da migração, do asilo e do refúgio como uma questão de segurança, subordinando princípios humanitários a cálculos estratégicos.

No caso de Mianmar, essa mudança passou a revestir-se de importância ainda maior, uma vez que incidiu na redução do apoio norte-americano a setores pró-democracia após o golpe militar de 2021, gerando a impressão de que o compromisso histórico dos Estados Unidos com a democratização regional estava sendo esvaziado. Em verdade, a trajetória recente de Mianmar configura-se como um caso paradigmático das ambiguidades da política externa norte-americana. O país do Sudeste Asiático, após décadas de isolamento, deu início a uma transição política limitada em 2011, marcada tanto por avanços institucionais quanto por graves violações, como a perseguição à minoria rohingya (Simões, 2023). O golpe militar de 2021 interrompeu abruptamente esse processo, instaurando um cenário de fragmentação político-territorial e conflito armado generalizado entre a junta, o Governo de Unidade Nacional (NUG) e múltiplas organizações étnicas armadas. Durante o governo de Joe Biden, os Estados Unidos assumiram protagonismo no apoio às forças pró-democracia, combinando financiamento direto e uma estratégia de legitimação da governança democrática, vinculada a uma lógica em que a promoção da democracia operava simultaneamente como valor normativo e instrumento de projeção de poder. A partir de 2025, observa-se um desengajamento pragmático e uma retração dos instrumentos tradicionais de influência, com a desestruturação de mecanismos de assistência e a redução do apoio ao NUG. Essa reorientação manifesta-se igualmente na postura ambígua dos Estados Unidos diante da iniciativa da junta militar mianmarese de promover eleições contestadas pela comunidade internacional, bem como na suspensão seletiva de sanções contra entidades ligadas ao regime militar (Banerjee, 2025).

As implicações desse reposicionamento são profundas e operam em múltiplas escalas. Internamente, a redução do apoio internacional enfraquece ainda mais as forças pró-democracia,

contribuindo para a consolidação de um regime militar que já enfrenta resistência armada generalizada. Regionalmente, abre espaço para o aprofundamento da influência chinesa, que, diferentemente dos Estados Unidos, mantém uma abordagem pragmática em relação à junta militar de Mianmar, notadamente com seus projetos de infraestrutura da Nova Rota da Seda no país vizinho. No plano sistêmico, esse movimento sinaliza uma inflexão mais ampla na ordem internacional, na qual os Estados Unidos deixam de atuar como promotores ativos da democracia liberal, adotando uma postura mais próxima de um realismo seletivo e instrumental.

Nesse contexto marcado por incertezas sistêmicas, a adesão da Indonésia aos BRICS e o conflito entre Camboja e Tailândia configuram-se como manifestações convergentes de uma reconfiguração política mais ampla no Sudeste Asiático. No caso indonésio, a aproximação do agrupamento transcende uma lógica estritamente econômica, inserindo-se em uma estratégia de diversificação de vínculos multilaterais para além da arquitetura liberal ocidental, ao mesmo tempo em que o país sinaliza uma busca por maior autonomia e projeção em parceria com o Sul Global. Paralelamente, no contencioso fronteiriço entre Camboja e Tailândia, a atuação da ASEAN, sob a presidência rotativa da Malásia, evidenciou a capacidade endógena da região de articular mecanismos próprios de gestão de crises, prescindindo de assistência externa direta e reafirmando a centralidade de seus arranjos institucionais. Ainda que tenha havido tentativas de instrumentalização política por parte dos Estados Unidos, com vistas à projeção de capital simbólico no plano internacional, como ilustra a reivindicação por parte de Donald Trump de ter sido determinante para a suposta resolução do conflito, o protagonismo efetivo permaneceu ancorado na diplomacia regional, particularmente na condução da Malásia na Cúpula da ASEAN em Kuala Lumpur, em outubro de 2025, e nos mecanismos internos do agrupamento, cuja atuação se mostrou mais consistente na promoção do cessar-fogo (ASEAN, 2025b).

Esses episódios revelam que, diante da progressiva erosão da ordem liberal internacional, seria reducionista presumir que os países do Sudeste Asiático figuram meramente como objetos passivos da competição entre as grandes potências. As dinâmicas de poder no sistema internacional tendem a posicionar os Estados de acordo com restrições estruturais que independem de suas preferências individuais, sendo tais posições derivadas da própria configuração do sistema e da distribuição desigual de capacidades entre as unidades (Waltz, 2008). Nessa perspectiva, a margem de ação dos países é condicionada menos por suas intenções declaradas e mais pelas limitações impostas pela estrutura anárquica do sistema, que incentiva

comportamentos voltados à adaptação, à sobrevivência e à preservação da autonomia possível. Países como Indonésia, Vietnã e Filipinas, que em certas dimensões ocupam uma posição intermediária na hierarquia do poder global, e mesmo os demais Estados da região, permanecem submetidos a esses condicionantes estruturais, que restringem suas possibilidades de inserção internacional e delimitam o alcance de suas estratégias externas, sobretudo em contextos de intensificação da polarização sistêmica entre Estados Unidos e China.

Ainda assim, Weiss e Abdenur (2014) oferecem uma perspectiva mais ampliada sobre o papel político desempenhado por Estados situados fora do núcleo tradicional de poder. Para os autores, esses países não estariam limitados a uma posição meramente receptora nas relações entre Norte e Sul, mas tenderiam a atuar de forma proativa na formulação de agendas internacionais, especialmente no campo do desenvolvimento, mesmo que essa atuação esteja condicionada pelas assimetrias persistentes da ordem global. Pode-se argumentar, nessa lógica, que os países do Sul Global combinam restrições estruturais com margens seletivas de autonomia, buscando simultaneamente adaptar-se às normas vigentes e influenciar sua gradual reformulação. O Sudeste Asiático, por intermédio da ASEAN, exemplifica esse movimento ao não atuar apenas como receptor de políticas de segurança ou desenvolvimento elaboradas externamente, mas como um espaço político que procura preservar sua centralidade diplomática e sua capacidade de mediação entre as grandes potências, articulando práticas de cooperação Sul-Sul e formas seletivas de engajamento com atores do Norte global. Embora essa agência permaneça condicionada pelas assimetrias do sistema internacional, ela demonstra que a região não responde à transformação da ordem internacional apenas de maneira reativa, mas também por meio de estratégias graduais de reposicionamento que possam ampliar sua margem de manobra em um ambiente geopolítico cada vez mais instável.

Ressalte-se que a capacidade de atuação internacional do Sudeste Asiático não se traduz em rejeição automática aos Estados Unidos, mas demonstra um ceticismo crescente quanto à capacidade e à disposição dos americanos em sustentar uma ordem internacional que beneficie Estados médios e pequenos. Em comparação, os chineses, apesar de suas práticas coercitivas contra os países do Sudeste Asiático, como ilustram as disputas no Mar do Sul da China, apresentam-se como defensora dos princípios da soberania e da não intervenção e até mesmo do livre-comércio global, narrativa que encontra ressonância na região, sobretudo quando os Estados Unidos relativizam esses mesmos princípios. Dessa forma, a dificuldade da ASEAN em exercer a

estratégia de 'hedging' não decorre tão somente do aumento do poder material da China, mas também da erosão normativa promovida pelos Estados Unidos, que historicamente se apresentavam como guardiões da ordem liberal. Como corolário, ganha força um cenário geopolítico no qual os países do Sudeste Asiático precisam recalibrar suas expectativas, aceitar limitações estruturais e buscar novas formas de preservar sua autonomia para lidarem com um sistema internacional cada vez menos previsível e desafiador.

Essa percepção foi sintetizada pelo ministro das Relações Exteriores de Singapura, Vivian Balakrishnan (Singapura, 2025). Em sua leitura sobre a conjuntura internacional, o diplomata refletiu um sentimento que, com diferentes nuances, atravessa grande parte do Sudeste Asiático, isto é, de que o sistema internacional atravessa um ponto de inflexão histórico, no qual os Estados Unidos talvez não estejam dispostos ou não sejam capazes de sustentar a ordem global da mesma forma como fizeram durante o período pós-Guerra Fria. No lugar da antiga função de estabilizador sistêmico que se arrogavam, os americanos passaram a adotar uma postura mais transacional, marcada pelo crescimento do protecionismo, pela revalorização do nacionalismo econômico e pelo recuo do compromisso com a globalização liberal. Ainda na interpretação do político singapurense, essas mudanças não constituem apenas escolhas conjunturais de Donald Trump, mas expressam transformações mais profundas da sociedade política estadunidense, vinculadas à desigualdade interna, à perda de empregos industriais e ao desgaste político do consenso internacionalista que havia sustentado a hegemonia dos Estados Unidos por décadas. A consequência direta desse processo é a consolidação de um ambiente internacional mais fragmentado, no qual cadeias produtivas integradas, instituições multilaterais e mecanismos universais de cooperação passam a ceder espaço para relações de poder mais assimétricas e menos previsíveis.

No plano regional, essa leitura também se converte em advertência estratégica para a própria ASEAN. A percepção entre os formuladores de política externa do Sudeste Asiático é que a erosão da ordem liberal global tende a tornar a região um espaço sensível à competição estratégica entre as grandes potências, especialmente entre Estados Unidos e China, ampliando as pressões externas sobre a coesão regional. Diante disso, a resposta consiste em aprofundar uma política de engajamento multidirecional, capaz de preservar canais simultâneos com as grandes potências sem comprometer a autonomia regional. Nessa perspectiva, a ASEAN deve funcionar como um mecanismo de estabilização regional, reforçando sua centralidade

diplomática, sua integração econômica e sua capacidade de servir como plataforma de diálogo em um cenário internacional cada vez mais condicionado pela correlação de forças.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, depreende-se que a política externa do segundo governo de Donald Trump evidencia não apenas uma mudança de prioridades na atuação internacional dos Estados Unidos, mas uma transformação profunda na forma como a potência ocidental passou a se relacionar com regiões periféricas do sistema internacional. No Sudeste Asiático, essa inflexão foi percebida por meio da combinação entre a militarização do Indo-Pacífico, a radicalização geoeconômica, a seletividade normativa e a crescente personalização das decisões presidenciais. A sucessão de episódios envolvendo imposições tarifárias, reconfiguração de alianças, retração da ajuda externa, apoio a intervenções militares e flexibilização do compromisso com democracia e direitos humanos consolidou, entre os países da ASEAN, a percepção de que os Estados Unidos já não demonstram a mesma disposição histórica para sustentar a ordem internacional liberal que ajudaram a construir desde 1945. Mais do que um simples reposicionamento conjuntural, o período iniciado em 2025 passou a ser interpretado como expressão de uma transição mais abrangente e complexa, na qual a previsibilidade associada à liderança norte-americana cede espaço a uma diplomacia mais transacional, seletiva e orientada por interesses nacionais imediatos.

Com efeito, essa transformação intensificou as limitações estruturais enfrentadas pelos países do Sudeste Asiático em uma ordem geopolítica progressivamente polarizada. Os Estados da região permanecem condicionados pela distribuição desigual de poder entre as grandes potências, o que restringe sua autonomia e reduz sua capacidade de determinar isoladamente os rumos da ordem regional. Contudo, a experiência recente demonstra que esses países não atuam apenas como receptores passivos das disputas sistêmicas. Ao preservar a centralidade diplomática da ASEAN, diversificar parcerias externas, reforçar mecanismos regionais de mediação e ampliar sua inserção em instituições do Sul Global, esses Estados vêm construindo margens de manobra mais amplas em um ambiente internacional cada vez menos balizado por normas e princípios do Direito Internacional. Nesse sentido, a região continua buscando equilibrar sua inserção entre Estados Unidos e China, embora a tradicional estratégia de *hedging* venha se tornando mais difícil

diante da intensificação da competição estratégica entre as potências e da erosão dos referenciais institucionais que anteriormente amorteciam essa competição.

Em síntese, o Sudeste Asiático emerge não apenas como espaço de disputa entre grandes potências, mas como um laboratório privilegiado das transformações da ordem internacional contemporânea. A principal consequência da política externa trumpista para a região talvez não seja apenas o aumento da pressão estratégica externa, mas a necessidade de reformular os próprios instrumentos de sobrevivência diplomática em um sistema fragmentado, hierárquico e imprevisível. Em um cenário no qual a liderança norte-americana se torna mais errática e a ascensão chinesa amplia novas dependências, a estabilidade regional dependerá cada vez mais da capacidade dos Estados do Sudeste Asiático de combinar prudência estratégica, coesão regional e autonomia relativa. Mais do que preservar neutralidade, o desafio central da ASEAN passa a ser a manutenção de sua relevância estratégica em uma ordem internacional marcada por profundas assimetrias de poder, na qual as grandes potências continuam dispostas de meios materiais, financeiros e militares que limitam as possibilidades de autonomia dos Estados periféricos, estruturalmente inseridos em uma configuração geopolítica global profundamente desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acharya, A. (2014) *Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order*. 3rd ed. London: Routledge.

Aiyar, S., Chen, J., Ebeke, C. H., Garcia-Saltos, R., Gudmundsson, T. *et al.* (2023) *Goeconomic fragmentation and the future of multilateralism*. Washington, DC: International Monetary Fund.

ASEAN (2023) *ASEAN Maritime Outlook*. Jakarta: ASEAN Secretariat.

ASEAN (2025a) *Chairman's statement of the 46th ASEAN Summit*. Kuala Lumpur: ASEAN Secretariat.

ASEAN (2025b) 'ASEAN Chair's Statement on the Special ASEAN Foreign Ministers' Meeting on the Current Situation Between Cambodia and Thailand', *ASEAN Main Portal*, 22 December. Disponível em: <https://asean.org/asean-chairs-statement-on-the-special-asean-foreign-ministers-meeting-on-the-current-situation-between-cambodia-and-thailand/> [Acesso em: 19 ago. 2026].

Australia (2026) 'AUKUS partners take next steps towards Submarine Rotational Force-West', *Defence Ministers*, 12 June. Disponível em: <https://www.minister.defence.gov.au/media-releases/2026-06-12/aukus-partners-take-next-steps-towards-submarine-rotational-force-west> [Acesso em: 20 ago. 2026].

Banerjee, S. (2025) 'Myanmar-US ties under Trump: Old Playbook, New Moves', *ORF Online*, 10 September. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/myanmar-us-ties-under-trump-old-playbook-new-moves> [Acesso em: 19 ago. 2026].

Campbell, K. e Ratner, E. (2018) 'The China Reckoning: How Beijing Defied American Expectations', *Foreign Affairs*, 97(2), pp. 60-70.

Clinton, H. (2011) 'America's Pacific Century', *Foreign Policy*, 189, pp. 56-63.

Cooper, A. F., Higgott, R. A. e Nossal, K. R. (1993) *Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order*. Vancouver: UBC Press.

Costa, W. M. (2013) *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

De Backer, K., Menon, C., Denoyers-James, I. e Moussiegt, L. (2016) *Reshoring: myth or reality?* Paris: OECD Publishing.

East Asia Forum (2025) 'ASEAN struggles with the return of Trumpian diplomacy', *East Asia Forum*, 9 December. Disponível em: <https://eastasiaforum.org/2025/12/09/asean-struggles-with-the-return-of-trumpian-diplomacy/> [Acesso em: 20 ago. 2026].

EUA (2025a) National security strategy of the United States of America. Washington, DC: The White House.

EUA (2026) National defense strategy of the United States of America. Washington, DC: United States Department of Defense.

EUA (2025b) Pacific marine strategy. Washington, DC: United States Department of the Navy.

Gilpin, R. G. (2016) *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press.

Ikenberry, G. J. (2012) *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton: Princeton University Press.

Keohane, R. O. (1969) 'Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics', *International Organization*, 23(2), pp. 291-310.

Kindleberger, C. (1986) *The world in depression, 1929–1939*. Berkeley: University of California Press.

Kuik, C. (2026). *Theorizing Hedging: Explaining Shifts and Variations in Alignment Choices*. Cambridge University Press.

Mahan, A. T. (2012) *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. Courier Corporation.

Mahbubani, K. (2009) *The new Asian hemisphere: the irresistible shift of global power to the East*. New York: Public Affairs.

Malásia. Ministry of Foreign Affairs (2025) 'Press Statement: The Minister of Foreign Affairs of Malaysia on the Current Situation in Gaza', *Ministry of Foreign Affairs, Malaysia*. Disponível em: <https://www.kln.gov.my/web/guest/post/press-statement-the-minister-of-foreign-affairs-of-malaysia-h-e-dato-seri-utama-haji-mohamad-bin-haji-hasan-on-the-current-situation-in-ga-1> [Acesso em: 19 ago. 2026].

Poonkham, J. (2024) 'Thailand's Indo-Pacific adrift?: a reluctant realignment with the United States and China', *Journal of Indo-Pacific Affairs*, 7(1).

Rand (2025) 'The Indo-Pacific: What You Need to Know Now', *RAND Corporation*, 31 January. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2025/01/the-indo-pacific-what-you-need-to-know-now.html> [Acesso em: 20 ago. 2026].

Rao, J. (2025) 'Taking Stock of China's BRI in Southeast Asia', DPG Policy Brief Vol. X, Issue 11, *Delhi Policy Group*, 26 March. Disponível em: <https://www.delhipolicygroup.org/publication/policy-briefs/taking-stock-of-chinas-bri-in-southeast-asia.html> [Acesso em: 20 ago. 2026].

Reuters (2025) 'Relief in Southeast Asia as Trump's tariffs level playing field', *Reuters*, 1 August. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/relief-southeast-asia-trumps-tariffs-level-playing-field-2025-08-01/> [Acesso em: 20 ago. 2026].

Rodrik, D. (2012) *The globalization paradox: democracy and the future of the world economy*. New York: W. W. Norton & Company.

Simões, T. H. N. (2020) 'Soberania, poder e território: o caso do Sudeste Asiático', *Revista da ANPEGE*, 16(30), pp. 422–437.

Simões, T. H. N. (2023). As relações geopolíticas China-Mianmar e o golpe militar de 2021. *Revista de Geopolítica*, 14(1), 1-16.

Singapura. Ministry of Foreign Affairs (2025) *Visit by Minister for Foreign Affairs Dr Vivian Balakrishnan to Langkawi, Malaysia for the ASEAN Foreign Ministers' Retreat, 18 to 19 January 2025*. Disponível em: <https://www.mfa.gov.sg/newsroom/press-statements-transcripts-and-photos/asean-foreign-ministers-retreat-post-visit-19-jan-2025/> [Acesso em: 01 abr. 2026].

The Diplomat (2025) 'Trump's Sudden Impact and Implications for Southeast Asia', *The Diplomat*, 3 February. Disponível em: <https://thediplomat.com/2025/02/trumps-sudden-impact-and-implications-for-southeast-asia/> [Acesso em: 20 ago. 2026].

The Jakarta Post (2024) 'Indonesia supports ICJ's ruling against Israel', *The Jakarta Post*, 27 May. Disponível em: <https://www.thejakartapost.com/world/2024/05/27/indonesia-supports-icjs-ruling-against-israel> [Acesso em: 19 ago. 2026].

Waltz, K. (2008) *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Weiss, T. G. e Abdenur, A. E. (2014) 'Introduction: emerging powers and the UN – what kind of development partnership?', *Third World Quarterly*, 35(10), pp. 1749–1758.

Wight, M. (2002) *Power politics*. London: A&C Black.